

ESTRATÉGIAS TERRITORIAIS NA GEOGRAFIA DA SAÚDE: PRÁTICAS DE CUIDADO, PREVENÇÃO E PROMOÇÃO DA SAÚDE

Geizielle Souza Gomes[1]
Marcos Matheus Andrade Vasconcelos[2]
Elioenia Macedo dos Santos[3]
Jacy Bandeira Almeida Nunes[4]

Palavras-chave: Território; Justiça epistemológica; Intercientificidade.

INTRODUÇÃO

A presente pesquisa tem como foco analisar as estratégias territoriais no campo da Geografia da Saúde, compreendendo como estas vêm sendo tematizadas na produção científica das últimas duas décadas e de que maneira contribuem para o fortalecimento das práticas de cuidado, prevenção e promoção da saúde. Parte-se do entendimento de que o território é mais do que um recorte espacial: é uma construção social e simbólica, atravessada por relações de poder, experiências históricas e múltiplas formas de saber (Santos, 2001).

A problemática que norteia esta investigação surge da constatação de que, embora o discurso sobre territorialização das políticas de saúde tenha ganhado centralidade, faz-se necessário saber se as práticas efetivas ainda carecem de abordagens que reconheçam a pluralidade epistemológica presente nos territórios. Isso leva à seguinte questão de pesquisa: de que forma as estratégias territoriais vêm sendo abordadas na produção científica da Geografia da Saúde? E, como essas estratégias têm promovido o fortalecimento das práticas de cuidado, prevenção e promoção da saúde à luz da justiça epistemológica e da intercientificidade?

A investigação parte do pressuposto teórico de que a saúde é uma construção social, influenciada por determinantes históricos, ambientais, culturais e políticos, e de que sua

[1]Acadêmica em Geografia, Universidade do Estado da Bahia. Bolsista do Programa Afirmativas da UNEB
[2]Acadêmico em Geografia, Universidade do Estado da Bahia. Bolsista do Programa Afirmativas da UNEB
[3] Acadêmica em Geografia, Universidade do Estado da Bahia. Bolsista do Programa Afirmativas da UNEB
[4] Doutora em geografia, Universidade do Estado da Bahia, Professora do Departamento de Ciências Humanas - campus IV.

promoção demanda o reconhecimento e o diálogo entre diferentes matrizes de saber. A noção de justiça epistemológica, conforme propõe Fricker (2007), refere-se à reparação das desigualdades no campo do conhecimento, valorizando os saberes tradicionalmente silenciados ou subalternizados. Já o conceito de intercientificidade, discutido por Santos (2010) e Lander (2005), aponta para a necessidade de construir pontes entre os conhecimentos acadêmico-científicos e os saberes populares, indígenas, quilombolas, entre outros, no enfrentamento das desigualdades estruturais.

Com base nisso, o objetivo geral da pesquisa é analisar como as estratégias territoriais têm sido tematizadas na produção científica da Geografia da Saúde, com ênfase em sua relação com práticas de cuidado e em sua capacidade de fomentar abordagens intercientíficas e promotoras da justiça epistemológica.

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, por meio de uma revisão sistemática da literatura. Especificamente, para esta produção a coleta dos materiais foi realizada entre fevereiro e abril de 2025, nos anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa, realizado em São Luís – Maranhão, no período de 10 a 13 de junho de 2024. O evento abordou importantes temas como políticas públicas, planejamento dos territórios, desigualdades e vulnerabilidades socioespaciais, riscos ambientais, uso de geotecnologias na saúde e saúde de comunidades tradicionais (Mattos Junior et al., 2024). Os descritores inicialmente utilizados nas buscas foram: estratégias territoriais, promoção da saúde e práticas de cuidado.

RESULTADO E DISCUSSÃO

A análise dos anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa (2024) revelou um conjunto expressivo de produções acadêmicas, totalizando cerca de 1.158 títulos. Dentre os conteúdos examinados, observou-se uma distribuição desigual no uso dos descritores “estratégias territoriais”, “práticas de cuidado” e “promoção da saúde”. Este último destacou-se como o mais recorrente, com 73 menções ao longo do documento, o que demonstra sua consolidação como eixo discursivo dominante no campo da Geografia da Saúde (Mattos Junior et al., 2024). Na sequência, também se destacaram as abordagens voltadas para os fatores determinantes do risco à saúde e ao bem-estar social e ambiental.

Apesar da baixa recorrência literal dos termos “estratégias territoriais” e “práticas de cuidado”, uma leitura qualitativa e atenta dos trabalhos evidencia que tais dimensões estão, de fato, presentes nos debates — ainda que expressas por meio de vocabulários alternativos, como “ações em território”, “atenção básica territorializada” e “planejamento territorial”. Essa diversidade terminológica indica a necessidade de ampliar o escopo semântico nas buscas e análises, compreendendo que a linguagem científica é atravessada por disputas epistemológicas e escolhas conceituais (Santos, 2010; Fricker, 2007). Dessa forma, o uso de termos equivalentes pode ocultar, mas não eliminar, a presença de abordagens territorializadas e orientadas para o cuidado na produção científica recente.

A reduzida incidência explícita desses descritores reflete, possivelmente, a prevalência de abordagens técnico-normativas que tendem a invisibilizar os saberes locais,

as experiências dos sujeitos e a pluralidade epistêmica dos territórios. Como aponta Fricker (2007), a justiça epistêmica exige o reconhecimento das vozes historicamente marginalizadas, condição essencial para a produção de conhecimento comprometido com a equidade social. Assim, a Geografia da Saúde, quando adota uma perspectiva crítica, pode assumir papel estratégico na articulação entre o conhecimento técnico-científico e os saberes populares, indígenas, quilombolas e tradicionais, promovendo o diálogo intercientífico (Lander, 2005).

No entanto, essa articulação é perceptível em diversos estudos dos anais, mesmo sem o uso direto dos descritores. O artigo de Campos *et al*. (2024), ao abordar a insegurança alimentar em territórios vulneráveis de Londrina/PR, destaca a importância de estratégias territorializadas pautadas na participação social, no controle popular e nas comunidades tradicionais. Ao analisar o papel das igrejas como espaços simbólicos e de mobilização comunitária, o estudo evidencia a convergência entre o saber técnico e os saberes locais na construção de soluções sustentáveis para a saúde e a segurança alimentar.

De maneira complementar, o trabalho de Carvalho *et al*. (2024) discute os impactos da desterritorialização sobre comunidades tradicionais, demonstrando como o rompimento dos vínculos territoriais compromete diretamente a saúde e o bem-estar. A articulação entre Geografia da Saúde e Psicologia Ambiental proposta pelos autores amplia o campo do cuidado, incorporando dimensões simbólicas, afetivas e culturais na análise e nas ações em saúde.

Outro estudo relevante é o de Santos *et al*. (2024), que investiga o uso de geotecnologias na saúde indígena e nas comunidades tradicionais. A pesquisa destaca a etnografia e o mapeamento participativo como ferramentas fundamentais para a formulação de políticas sensíveis às realidades locais. Ao reconhecer os saberes tradicionais como legítimos e fundamentais para a governança territorial, o estudo reafirma a importância da intercientificidade como princípio orientador das práticas de saúde.

Na mesma direção, os artigos de Vicente *et al.* (2024) e Antonello e Cunha (2024) discutem a cartografia social como prática metodológica e política de visibilização dos saberes locais. Nesses estudos, o mapeamento é entendido como processo coletivo e dialógico, promovendo o reconhecimento das dinâmicas cotidianas das comunidades e atuando como dispositivo de justiça epistêmica. Conforme afirmam os autores, o território deve ser compreendido como base diagnóstica e os sujeitos locais como produtores legítimos de conhecimento.

Outros estudos complementam essa perspectiva epistêmica ao analisar a distribuição espacial de doenças como hanseníase e COVID-19, a prestação de serviços rurais no Espírito Santo e a oferta de serviços de saúde em São Luís (Rodrigues; Rodrigues de Jesus; Gama, 2024). Nesses casos, a análise geoespacial é apresentada como recurso estratégico para o planejamento de ações públicas e para o enfrentamento das desigualdades, reafirmando o potencial da Geografia da Saúde em articular informação técnica, a leitura situada do território e saberes tradicionais.

Destaca-se ainda o artigo sobre sustentabilidade urbana (Abarca; Luz, 2024), que propõe uma abordagem crítica centrada nas práticas comunitárias e na escuta territorializada

como fundamentos ético-políticos da ação pública. A valorização da participação popular e das vozes locais na construção das políticas de saúde reforça os princípios da justiça epistêmica e evidencia a necessidade de reconhecer os sujeitos dos territórios como protagonistas das transformações sociais.

ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

Os resultados parciais desta revisão sistemática indicam que, embora os termos "estratégias territoriais" e "práticas de cuidado" não apareçam com frequência explícita na produção científica analisada, os princípios que os fundamentam estão presentes em diversas abordagens que valorizam o território como espaço de vida, saber e ação. A análise dos anais do III Congresso de Geografia da Saúde evidenciou que há um movimento consistente no campo da Geografia da Saúde voltado à valorização dos saberes locais, das experiências comunitárias e da leitura crítica do espaço como base para a formulação de políticas públicas em saúde.

Esse movimento aponta para uma crescente abertura à intercientificidade e à justiça epistemológica, conceitos fundamentais para o reconhecimento da pluralidade de saberes na produção do cuidado e na construção de territórios mais justos e saudáveis. A articulação entre conhecimento técnico-científico e saberes populares, indígenas, quilombolas e tradicionais emerge como uma estratégia promissora para o fortalecimento de práticas de promoção da saúde, prevenção e cuidado integral.

Contudo, a ausência de terminologias específicas nos textos analisados evidencia uma lacuna importante na explicitação das estratégias territoriais como conceito estruturante na Geografia da Saúde. Essa constatação reforça a relevância da presente investigação, que segue em andamento. Os próximos passos da pesquisa visam aprofundar a análise qualitativa dos materiais, identificar experiências concretas de articulação entre saberes e territórios, e contribuir para o debate sobre políticas públicas de saúde fundamentadas na diversidade epistêmica. Os resultados serão apresentados na versão completa deste estudo.

REFERÊNCIAS

ABARCA, Fernandez; LUZ, Aura. Sustentabilidade urbana a beneficio da saúde de poucos. In **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

ANTONELLO, Ideni Terezinha, Cunha, Caio Cezar. **ATLAS DOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS DE LONDRINA: UMA CONTRIBUIÇÃO PARA O PLANEJAMENTO URBANO VISANDO A CONSTRUÇÃO DE UMA CIDADE SUSTENTÁVEL.** In: Mattos Junior, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

CAMPOS, Eliane Christine Santos de, et. al. INSEGURANÇA ALIMENTAR NOS TERRITÓRIOS VULNERÁVEIS DE LONDRINA/PR: FORTALECENDO AS ESTRATÉGIAS DE PARTICIPAÇÃO E CONTROLE SOCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO LOCAL. In**:** Mattos Junior, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

CARVALHO, Luís Eduardo Da Silva; et. al. TOPOFILIA, SAÚDE E AMBIENTE: IMPACTOS DO DESLOCAMENTO FORÇADO EM COMUNIDADES TRADICIONAIS - O CASO DA COMUNIDADE ESPERA, ALCÂNTARA- MA. In: Mattos Junior, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

FRICKER, Miranda. **Injustiça Epistêmica: Poder e a Ética do Conhecimento**. Oxford: Oxford University Press, 2007.

LANDER, Edgardo. A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

MATTOS JUNIOR, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

RODRIGUES, Gustavo Gomes; RODRIGUES DE JESUS, Edgar Rafael; GAMA,Gabriel Moris. Distribuição espacial dos serviços de saúde de São Luís: Vulnerabilidades Socioambientais em comunidades rurais. In **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

SANTOS, Marlon Vinicíus Ferreira dos; et. al. O MAPEAMENTO DA TERRA INDÍGENA MORRO DOS CAVALOS: SAÚDE E TERRITÓRIO In: Mattos Junior, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **A gramática do tempo:** para uma nova cultura política. São Paulo: Cortez, 2010.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI.** Rio de Janeiro: Record, 2001.

VICENTE, Gabriella Ferreira Nascimento, et. al. GEOPLANEJAMENTO NA SAÚDE MENTAL: O MAPA FALANTE DA REDE DE ATENÇÃO

PSICOSSOCIAL DA CAP 3.3 NO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO – RJ In: Mattos Junior, ... et. al (Orgs.). **Anais do III Congresso de Geografia da Saúde dos Países de Língua Portuguesa**: GeoSaúde e reestruturação socioespacial: das crises aos desafios futuros. São Luís: UEMA, 2024.